PROJETO DE LEI Nº, DE 2022 (Do Senhor Nicoletti)

Altera as Leis nº 9.656, de 3 de junho de 1998 e nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000, para definir que o Rol apresentado pela ANS não possa ser interpretado como taxativo.

Art. 1º Ficam alteradas as Leis nº 9.656 de 3 de junho de 1998 e nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar tenha caráter exemplificativo, caracterizando-se como referência mínima de cobertura.

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.10
§ 4° A ANS estabelecerá o Rol de Procedimentos e Eventos en
Saúde Suplementar, de caráter exemplificativo, no qual constarão as
coberturas mínimas no âmbito da saúde suplementar, inclusive de
transplantes e de procedimentos de alta complexidade (NR)

§ 12 Aos beneficiários de planos e seguros privados de assistência à saúde é assegurada a cobertura de procedimentos e medicamentos necessários ao tratamento, conforme prescrição médica, excetuados os previstos nos incisos do caput deste artigo." (NR)

Art. 3º Altere-se o inciso III do art. 4º da Lei n o 9.961 de 28 de janeiro de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	.4°						 	
111	alaharar	0 101	40	nrocodimontos	_	oventee	 ooiido	40

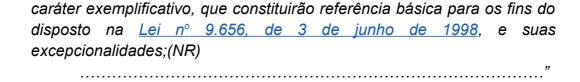
III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, de







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado NICOLETTI -União Brasil/RR



Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa corrigir um equívoco promovido em decisão judicial que definiu ser o rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS como taxativo. Com isso, todos os tratamentos e medicamentos que, mesmo com eficácia comprovada, não constem neste Rol, não deverão serão cobertos pelos planos de saúde no País.

Esta medida traz irremediável prejuízo à saúde dos brasileiros, sobretudo àqueles que necessitam de medicamentos cada vez mais avançados e modernos para seu tratamento, como é o caso das pessoas com autismo, das pessoas em tratamento de câncer e doenças raras, por exemplo.

Com a presente proposta, o Poder Judiciário terá clara fundamentação legal para decidir favoravelmente aos beneficiários de planos de saúde que pleiteiam na justiça a cobertura de tratamentos não incluídos no Rol da ANS.

Por outro lado, não haverá argumentos para que planos de saúde neguem cobertura ampla e completa aos seus beneficiários. Assim, diante da importância e relevância do tema, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das sessões, 14 de junho de 2022.

Nicoletti Deputado Federal



